

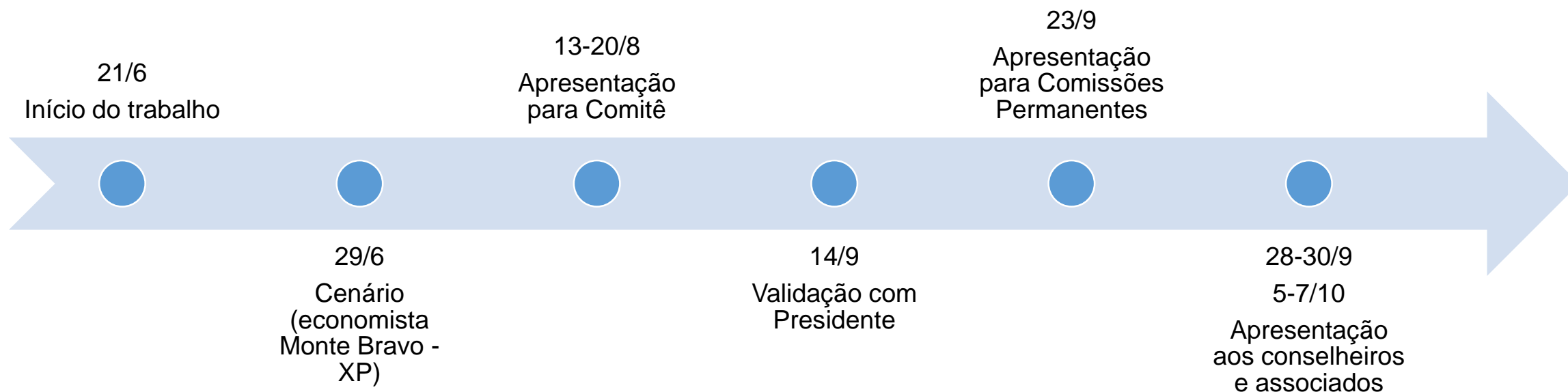


Diretoria Jurídica

PO 2022

Novo formato com a participação efetiva dos Diretores de Área

- Formular sua estratégia e planos
- Apresentar e defender ao Comitê suas ações e a necessidade de recursos
- Expor a proposta de orçamento e prioridades aos conselheiros e associados



O QUE FAZ

Prover serviços de qualidade, oportunizando a mais ampla segurança jurídica nas relações de interesse do Clube

CONSULTIVO

- Conduta preventiva
- Promoção de estudos abrangendo questões tributárias
- Orientação para a elaboração e gestão de contratos
- Assessoria em dúvidas de cunho legal e questões estatutárias

CONTENCIOSO

- Ações que envolvam o Clube nas esferas do judiciário e no âmbito administrativo

ESTRATÉGIAS e AÇÕES para 2022

LGPD

ESTABELECEMOS ROTINAS DE MONITORAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Contratar assessoria e representação especializada para Data Protection Officer - DPO
- Monitorar o tratamento de dados pessoais armazenados no banco de dados do ECP, mitigando os riscos de tratamentos inadequados

VALOR: R\$150 mil (Custeio)

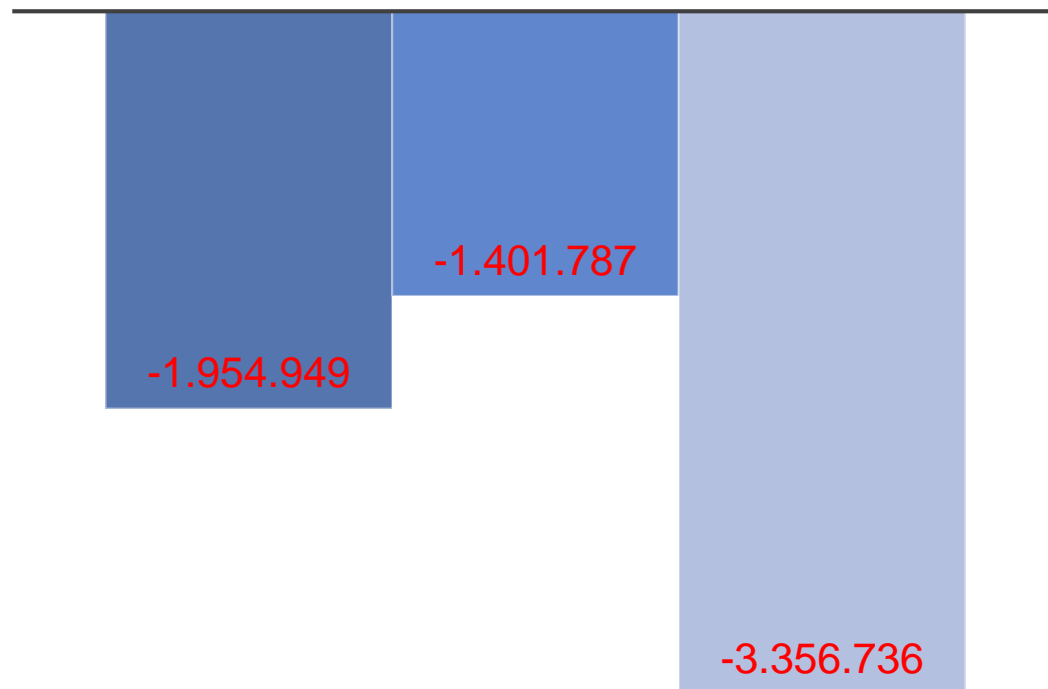
ECONOMIA TRIBUTÁRIA

ECONOMIA DE RECURSOS EM DESPESAS TRIBUTÁRIAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- Adequar recolhimentos e recuperar créditos tributários de acordo com a natureza jurídica do Clube
- Análise da folha de pagamento visando oportunidades de recuperação de créditos das contribuições relativas ao Sistema "S" - contribuições parafiscais

VALOR: - (contratação *ad exitum*)

ORÇAMENTO para 2022

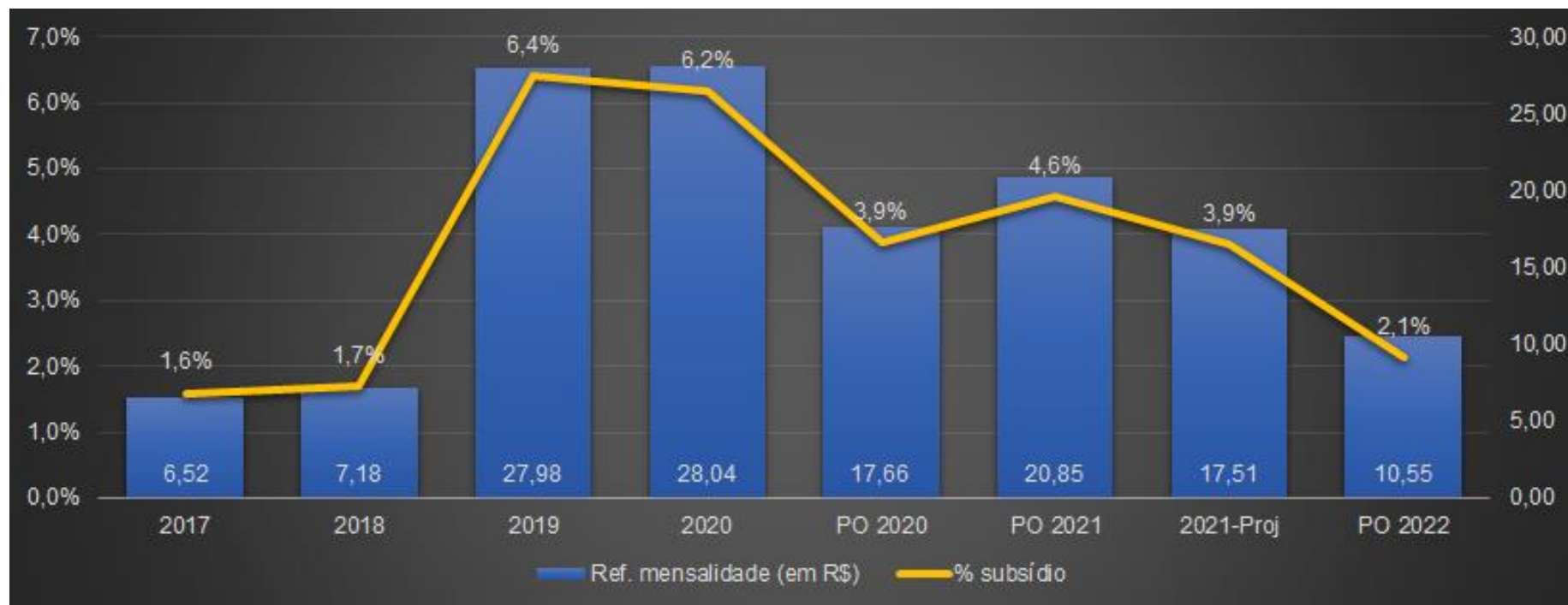


■ Contingências ■ Despesa ■ Resultado

Provisionamento de caixa para complementação do contingenciamento de recursos para pagamento de 110 casos judiciais classificados como prováveis com desembolso em 2021 e 2022

Valores em R\$	Despesa
Contingências passivas	-1.954.949
Serviços Contratados	-650.816
Pessoal	-607.211
Gastos Gerais	-140.400
Mercadorias e Materiais	-3.360
Total Geral	-3.356.736

HISTÓRICO do ORÇAMENTO



A Diretoria receberá em 2022 0,9% de recursos do Custeio Geral, ou R\$4,41 da mensalidade, para suas atividades regulares. Outros 1,2% (ou R\$6,14) se destinam às despesas com contingências judiciais